



AOS TRABALHADORES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# NÃO BASTA DEMONSTRAR VONTADE **QUEREMOS SOLUÇÕES**

Após 8 meses, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) voltou a reunir com o Secretário de Estado Adjunto da Justiça (SEAJ) e a colocar os problemas que há muito afectam o bom funcionamento dos serviços do Ministério da Justiça (MJ) e os direitos dos trabalhadores.

E o resultado foi o mesmo: o SEAJ volta a manifestar vontade da Tutela para encontrar soluções para os problemas, mas diz que está dependente do Ministério das Finanças, designadamente para resolver a gravosa falta de pessoal existente em todos os serviços.

Reafirmámos que estas declarações de (boa) vontade não são o bastante! Os serviços e os trabalhadores necessitam da resolução imediata dos problemas de funcionamento e de recursos humanos do MJ.

A solução está na alteração das políticas economicistas deste governo e não é aceitável que se continue a fundamentar a impossibilidade da resolução dos problemas com a negociação sempre difícil com outros membros do governo, porque todos são responsáveis pelo programa apresentado.

Os deveres do Estado não estão a ser cumpridos! E a prestação do serviço público é deficitária e sem qualidade!

Exigimos que o governo cumpra a sua parte, ao invés de estar constantemente a apresentar justificações para a sua inoperância em encontrar soluções para os problemas existentes em todos os organismos dependentes do MJ, que só se arrastam e se agravam, nomeadamente:

## A FALTA DE PESSOAL EM TODAS AS CARREIRAS E CATEGORIAS

Mantendo o discurso *da intenção deste governo em desenvolver políticas de dignificação dos trabalhadores e dos serviços da justiça*, o SEAJ afirmou ter apresentado propostas para a resolução dos problemas identificados na área dos recursos humanos, junto dos seus pares, nomeadamente do Ministério das Finanças (MF), mas, como os resultados estão dependentes de negociação, as soluções teimam em não aparecer.

Reafirmámos que só o recrutamento externo de trabalhadores para todas as carreiras e categorias é que poderá resolver a situação, e que é fundamental pôr fim a esta política "canibal" de recursos humanos, que vem sendo desenvolvida através da "Bolsa de Emprego Público". Pois, não só não resolve os problemas, como se limita a tapar, temporariamente, os "buracos" nuns organismos e a abri-los noutros, por se tratar de movimento interno de trabalhadores já vinculados à Administração Pública.

Não aceitámos a ingerência do MF na gestão de recursos humanos, quando não se aprovam alterações orçamentais e não deixámos de afirmar que o investimento em recursos humanos no MJ é urgente e preciso, sob pena do colapso dos serviços.

## CARREIRAS ESPECIAIS NÃO REVISTAS E SUBSISTENTES DA DGRSP DO LNMLCF, IP

### Abertura de Concursos de promoção

O SEAJ informou que o Ministro das Finanças ainda não aprovou a abertura dos procedimentos concursais para proceder à promoção de 206 trabalhadores destas carreiras.

É intolerável que se mantenham por abrir os concursos de promoção para estes trabalhadores. Descongelado desde 2018, o facto é que está em causa o direito à carreira dos trabalhadores posicionados nas últimas posições remuneratórias das várias categorias destas carreiras.

### Aplicação do DL 84-F/2022, de 16/12

Apresentámos a exigência da negociação prevista no DL 84-F/2022, de 16/12 para a justa reposição da proporcionalidade salarial entre as carreiras especiais não revistas e gerais, alterada com a nova Tabela Única Remuneratória (TRU).

Este diploma prevê a valorização da posição remuneratória que não foi aplicada a estes trabalhadores, para além do aumento salarial, e, assim, exigimos que o princípio do tratamento igual seja efectivado, apesar de o SEAJ considerar que a intenção do governo foi cumprida no estabelecido no diploma, no caso destas carreiras.

### DGRSP - concurso para ingresso na Vigilância Electrónica (VE) e nos Centros Educativos (CE)

O SEAJ continuou a culpar o Ministro das Finanças. Informou que despachou em novembro/2022 o pedido urgente para abertura de 105 vagas para ingresso na carreira de TPRS e que ainda não obteve autorização.

Denunciámos o colapso iminente dos serviços da DGRSP. A situação caótica em que vivem os trabalhadores é insustentável e resulta da contínua insuficiência de recursos humanos. Neste momento, está potenciada a possibilidade de falhas, que colocará em causa a segurança dos cidadãos que têm à sua guarda e que contam com a protecção do Estado, como, entre outras, as vítimas de violência doméstica, no caso da VE.

Reafirmámos que não sairemos desta situação se o MJ mantiver as actuais políticas de recrutamento para estes serviços, políticas essas que só servem como porta de entrada para a Administração Pública e que urge tomar medidas de valorização das carreiras da DGRSP para fixar os trabalhadores.

### Concursos para trabalhadores da área da Saúde na DGRSP

Manifestámos a necessidade de pôr termo às situações de precariedade existentes com o recrutamento externo alargado para pessoal de outras áreas profissionais da saúde, também em situação de carência quer no Hospital Prisional São João de Deus, quer nos Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos, para além de médicos e enfermeiros, previsto em Orçamento do Estado para 2023.

### LNMLCF, IP - concursos para ingresso

Também para este serviço, o SEAJ diz que ainda aguarda aprovação das Finanças para abertura de 26 vagas para ingresso de Técnico Ajudante de Medicina Legal. Apesar de considerar que, no geral, a situação de recursos humanos deste Instituto está optimizada.

Fizemos saber que a base salarial da carreira de Técnico Ajudante irá ditar, mais uma vez, que o concurso ficará deserto e que, o mais certo, é continuar a não ter quaisquer oponentes ao concurso.

## Revisão das carreiras especiais não revistas e subsistentes da DGRSP e do INMLCF, IP

O SEAJ informou que está criado um grupo informal na DGRSP para desenvolver uma proposta a apresentar para a revisão de carreiras, a submeter em momento de negociação com as estruturas representativas dos trabalhadores, conforme calendário estabelecido no acordo plurianual firmado com os sindicatos (negociação em 2024 - carreiras da DGRSP; 2025 carreiras do INMLCF, IP).

Declarando que a Federação não assinou o este acordo plurianual (e sim os sindicatos da UGT), consideramos inaceitável o calendário apresentado pelo governo para a revisão das carreiras especiais não revistas, devido ao facto de estes trabalhadores estarem há mais de 13 anos numa situação instável e de não reconhecimento dos seus direitos fundamentais.

Salientámos ainda que os serviços públicos especiais prestados por estas áreas só podem ser garantidos com qualidade, por trabalhadores especializados, devidamente valorizados nos planos salarial e funcional, e com formação contínua devidamente programada.

Frisámos que, para garantir a qualidade dos serviços especiais que são prestados por estes trabalhadores, a solução não deve passar pela extinção das carreiras e transição dos trabalhadores para as carreiras gerais.

Reafirmámos que a única solução para garantir a estabilidade de recursos humanos, quer na DGRSP, quer na Medicina Legal passa pela manutenção da especialização e valorização destas carreiras.

**A Federação estará atenta à defesa dos direitos dos trabalhadores e do Serviço Público que prestam.**

## Condições de Trabalho

A Federação denunciou, mais uma vez, que continuam a não existir, tal como o previsto na Lei, medidas que efectivem o direito à Segurança e Saúde no Trabalho (SST) nos organismos do MJ.

O SEAJ comprometeu-se em auscultar todos os serviços sobre o ponto de situação da aplicação das normas de SST, nomeadamente no que respeita à medicina no trabalho, e a tomar medidas para a resolução de mais este problema.

## Manutenção e Obras no Edificado do MJ

Alertámos novamente o SEAJ para a situação do edificado do MJ, que, na maioria dos casos, é geradora de más condições para os utentes e trabalhadores.

O SEAJ informou que o MJ está a trabalhar no sentido do cumprimento do plano plurianual para a recuperação do edificado, através de formas de financiamento, nomeadamente no que toca aos estabelecimentos prisionais, e à delegação do norte INMLCF, IP do Porto.

**Podemos concluir que a demonstração da vontade para a resolução dos problemas não contribui na mesma medida para a resolução dos problemas, mas antes passa pela falta de vontade política deste governo maioritário que transformou o Ministro das Finanças no "dono disto tudo".**

**Alertamos os trabalhadores do MJ sobre a falta de resposta às reivindicações, que só continuará a aprofundar os seus problemas e a pôr em causa os serviços públicos que prestam.**

**Para melhorar as nossas vidas, só a luta é o caminho!**

**A LUTA VAI TER DE CONTINUAR!**

